

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.820.542 - PR (2019/0171053-5)**

**RELATORA** : MINISTRA REGINA HELENA COSTA  
**RECORRENTE** : UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS  
**ADVOGADOS** : EDUARDO BATISTEL RAMOS - PR031205  
LIZETE RODRIGUES FEITOSA - PR021762  
GLAUCO JOSÉ RODRIGUES - PR033361  
RAFAELA TOAZZA E OUTRO(S) - PR038979  
**RECORRIDO** : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto por **UNIMED CURITIBA – SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS**, contra acórdão prolatado, por maioria, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 354/355e):

**ADMINISTRATIVO. ANS. PLANO DE SAÚDE. AUTO DE INFRAÇÃO. ART. 12 DA LEI 9.656/98. RESOLUÇÃO NORMATIVA 124/2006. ATIVIDADE DE INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA. SERVIÇOS GERAIS DE ENFERMAGEM. ENQUADRAMENTO. RECUSA DE REEMBOLSO. ABUSIVIDADE.**

1. *É legal a aplicação de penalidade à operadora por negativa de cobertura da instrumentação operada em cirurgia por ela realizada.*
2. *Uma vez reconhecida como indevida a cobrança dos honorários de instrumentador cirúrgico pela operadora de plano de saúde, adequada a ação ?scalizatória da ANS no sentido de aplicar multa à operadora por não oferecer a cobertura para os referidos honorários.*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (fls. 375/376e):

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROIBIÇÃO DE PROLAÇÃO DE DECISÕES SURPRESA. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO. POSSIBILIDADE.**

1. *Em que pese a existência da proibição de prolação de decisões surpresa na atual legislação processual civil, não se encontra mácula ao*

*instituto no caso dos autos, vez que a alegada surpresa não diz respeito à mudança do posicionamento da jurisprudência do Tribunal, mas tem relação direta com o reconhecimento, de ofício, de matéria ainda não debatida nos autos. Ainda, tendo em vista que a matéria restou amplamente debatida pelas partes, restaram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como o disposto no art. 10 do CPC.*

*2. No que tange à uniformização da jurisprudência, inviável a análise isolada do disposto no art. 926, caput, do CPC, devendo ser feita de modo conjunto com o art. 927, §4º, do CPC, do que se vê a possibilidade de modificação dessa. Ademais, o entendimento adotado não fere o disposto no art. 927, §4º, do CPC, visto que não afrontou enunciado de súmula ou tese firmada em recurso repetitivo ou repercussão geral e, apesar de revelar a mudança da jurisprudência até então pacificada no TRF4, a alteração do posicionamento foi devidamente fundamentada, com a apreciação dos pontos relevantes e controvertidos.*

*3. Embargos de declaração parcialmente providos, tão somente para agregar fundamentos ao julgado.*

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

*i) arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil – há omissão no acórdão recorrido, porquanto "o acórdão recorrido, mesmo provocado em sede de embargos de declaração, não destinou uma linha no enfrentamento da questão de fato suscitada, no tocante a ausência de prova, no âmbito do processo administrativo, que evidenciasse ter a beneficiária custeado os honorários do instrumentador cirúrgico em caráter particular (fl. 399e); e*

*ii) arts. 1º, 3º e 4º, XXIII, da Lei n. 9.961/2000, art. 1º, I e II e §§ 1º e 2º, da Lei 9.656/1998, e art. 2º da Lei 9.784/1999 – "inobstante a relação jurídica de direito público entre operadora e agência reguladora que permeia o objeto da lide, o acórdão recorrido, como espeque à mudança de entendimento operada, culminou por cancelar o apenamento da recorrente com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor, assentando, em linhas gerais, que o consumidor não poderia ser surpreendido com a negativa de reembolso, fazendo alusão a julgados do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo do REsp 1.458.886, Rel. Min. João Otávio Noronha, e, ainda, citando outras decisões monocráticas*

da Corte Federal, como o AREsp 816392/2015; AREsp 24227/2016. Ocorre que tais decisões se reportam a demandas envolvendo discussão entre consumidores e operadora de planos privados de assistência à saúde, afetas, portanto, ao campo do Direito Privado, cujos precedentes jamais poderiam embasar uma decisão no âmbito do regime-jurídico de direito público que permeia o processo fiscalizatório perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar, este o objeto desta lide (fl. 400e);

iii) art. 12, incisos II, c, da Lei n. 9.656/1998 – "não se divisa razoabilidade em compelir a operadora a promover a cobertura/ressarcimento de valores de honorários de indivíduo que não é profissional de saúde, cuja atuação não é regulamentada como profissão, tampouco como profissão de saúde, em flagrante contrariedade à expressa previsão legal. Pelos mesmos motivos, não se pode sustentar que a atividade do instrumentador é essencial ao ato cirúrgico, como constou do voto condutor do acórdão recorrido, sob pena de se atribuir maior relevo a uma atividade que sequer possui regulamentação, e para a qual não se exige maior rigor técnico-profissional para capacitação, em detrimento dos profissionais de enfermagem, em relação aos quais se exige amplo rigor técnico para sua formação, e que, portanto, encontram-se plenamente capacitados a prestar auxílio nos procedimentos cirúrgicos, apresentando-se, estes sim, como profissionais essenciais ao bom êxito destes procedimentos. Não há, outrossim, surpresa ao beneficiário do plano de saúde com tal cobrança, posto que não sendo a atividade regulada, tal cobrança é ilegal, e, portanto, não pode ser exigida do paciente" (fls. 410/411e);

iv) art. 12, incisos VI, da Lei n. 9.656/1998 – "a propósito, a Lei 9.656/98 é taxativa no sentido de que o dever de reembolso somente é admitido na hipótese de tratamento realizado em caráter de urgência/emergência, quando não for possível a utilização da rede credenciada, e, ainda assim, o ressarcimento não ocorre de forma integral, mas nos limites da Tabela do Plano de Saúde" (fl. 411e);

v) arts. 926 e 927 do Código de Processo Civil – "em 27 acórdãos publicados entre 2014 e abril de 2018, todos unânimes, esse E. TRF da 4ª Região consagrou o entendimento de que não é possível a aplicação de penalidade à operadora de planos privados de assistência à saúde por negativa de custeio de honorários de instrumentador cirúrgico por se tratar cobertura de serviço não expressamente previsto em

lei" (fl. 413e).

Com contrarrazões (fls. 422/429e), o recurso foi admitido (fls. 432/433e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 458/463e.

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *b*, e 255, II, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

A Recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração, porquanto "o acórdão recorrido, mesmo provocado em sede de embargos de declaração, não destinou uma linha no enfrentamento da questão de fato suscitada, no tocante a ausência de prova, no âmbito do processo administrativo, que evidenciasse ter a beneficiária custeado os honorários do instrumentador cirúrgico em caráter particular (fl. 399e).

No caso, a Recorrente apontou, no recurso especial, a existência de omissão, não suprida no julgamento dos embargos de declaração, quanto à ausência de prova do custeio de instrumentador cirúrgico. Entretanto, tal alegação não foi objeto dos embargos de declaração (fls. 360/366e), o que enseja a aplicação da Súmula 284/STF, porquanto deficiente a fundamentação do recurso.

Nessa linha:

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR PÚBLICO. POLÍCIA FEDERAL. GRATIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 535 E 557 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. AFRONTA AO ART. 155 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. JUNTADA DE VOTO VENCIDO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE NÃO VERIFICADA. COISA JULGADA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.**

*1. Deficiência de fundamentação recursal no pertinente à alegada ofensa ao art. 557 do CPC, haja vista que, ao contrário do afirmado pelo recorrente, o agravo de instrumento foi julgado pelo órgão colegiado, e não por decisão singular. Incidência, na hipótese, do óbice da Súmula 284 do STF.*

*2. Aplicável o veto da Súmula 284/STF, quando a parte recorrente, no recurso especial, a pretexto de alegar ofensa ao art. 535 do CPC, aponta questão omissa não suscitada nos embargos declaratórios.*

*3. Ausente o prequestionamento da tema referente à necessidade de juntada aos autos do voto vencido, o que faz incidir o veto da Súmula 211 do STJ. Ademais, a jurisprudência firmou-se no sentido de que não há obrigatoriedade de declaração de voto divergente em hipóteses nas quais não sejam admitidos embargos infringentes, mesmo porque tal lacuna não causou quaisquer prejuízos à parte recorrente.*

*4. No pertinente à alegação de ofensa à coisa julgada pela inobservância da decisão trânsita em julgado oriunda dos embargos à execução, no qual se questionara a inclusão de expurgos inflacionários, incidência de GOE sobre o 13º (décimo terceiro) e alteração da base de cálculo sobre a qual incidiria a gratificação, incabível o conhecimento do recurso especial, porquanto implicaria no revolvimento de documentação acostada aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial nos termos da Súmula 7/STJ.*

*5. Recurso especial não conhecido.*

(REsp 1.268.902/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 26/09/2011 – destaques meus).

**TRIBUTÁRIO – IOF – ISENÇÃO SOBRE OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS (TÁXI) – ART. 72 DA LEI 8.383/91 – RECONHECIMENTO PELA RECEITA FEDERAL – OFENSA AO ART. 535 DO CPC DESCARACTERIZADA – SÚMULA 284/STF.**

*1. Aplica-se o teor da Súmula 284/STF quando o recorrente, no*

**recurso especial, a pretexto de alegar ofensa ao art. 535 do CPC, aponta questão omissa não suscitada nos embargos declaratórios.**

2. *Inexiste infringência ao art. 535 do CPC se o Tribunal de origem examina a questão dita omissa.*

3. *Segundo a jurisprudência desta Corte, é ilegal a exigência de IOF na operação de financiamento para aquisição de automóveis de passageiros - táxi -, se preenchidos os requisitos do art. 72 da Lei 8.383/91 para o gozo da isenção.*

4. *Embora o art. 72, § 1º da Lei 8.383/91 preveja a prévia verificação dos requisitos legais pelo Departamento da Receita Federal, deve-se afastar a exigência se houver reconhecimento judicial da isenção.*

5. *Recurso especial improvido.*

(REsp 689.140/CE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2005, DJ 19/12/2005, p. 345 – destaques meus).

**PROCESSUAL CIVIL. ART. 515, § 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NECESSIDADE DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. QUESTÃO NÃO SUSCITADA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULA 284/STF.**

1. *O art. 515, § 1º, do CPC não foi devidamente apreciado pela Corte de origem. Falece, por conseguinte, do necessário prequestionamento, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo".*

2. *Não basta a simples transcrição de ementas para que esteja caracterizado o dissídio pretoriano. Há que se indicar as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os julgados confrontados, assim como é imprescindível a juntada de cópias integrais dos paradigmas apontados ou que seja citado o repositório oficial de jurisprudência, tudo nos termos do artigo 541, parágrafo único, do Código de Ritos, e 255 e parágrafos do RISTJ.*

3. ***Inexiste omissão quando a Corte de origem deixa de apreciar questão não suscitada nos embargos declaratórios. Aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".***

4. *Recurso especial conhecido em parte e improvido.*

(REsp 818.187/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 190 – destaques meus).

No que se refere às questões de inviabilidade da análise da regularidade do processo administrativo fiscalizatório com base nas regras do Código de Defesa do Consumidor, da negativa de vigência ao regime jurídico especial e sua regulação, da violação ao princípio da legalidade e da ausência de urgência/emergência, verifico que as insurgências carecem de prequestionamento, uma vez que não foram analisadas pelo tribunal de origem.

Com efeito, o prequestionamento significa o prévio debate da questão no tribunal *a quo*, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

No caso, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação dos suscitados arts. 1º, 3º e 4º, XXIII, da Lei n. 9.961/2000, art. 1º, I e II e §§ 1º e 2º, 12, VI, da Lei 9.656/1998, e art. 2º da Lei 9.784/1999.

É entendimento pacífico desta Corte que a ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal *a quo* impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do Colendo Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO, PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENSINO SUPERIOR. PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DIPLOMA. PRAZO PRESCRICIONAL. FATO DO SERVIÇO. ARTIGO 2º DA LEI N. 9.870/1999. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282 DO STF.**

*1. No caso, não há se falar em violação do art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, porquanto inaplicável o prazo decadencial a que alude este artigo, uma vez que não se trata de responsabilidade do fornecedor por vícios aparentes ou de fácil constatação existentes em produto ou serviço, mas de danos causados por fato do serviço, consubstanciado pela cobrança indevida da taxa de diploma, razão pela qual incide o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDC.*

*2. O artigo 2º da Lei n. 9.870/1999 não foi apreciado pelo Tribunal de origem, carecendo o recurso especial do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do STF.*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1327122/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 15/04/2014, destaque

meu).

**ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ENQUADRAMENTO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CÔMPUTO COMO TEMPO EFETIVO DE EXERCÍCIO. LEI 11.091/05. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. SÚMULA 182 DO STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.**

1. A orientação do STJ é de que, se a licença-prêmio não gozada foi computada como tempo efetivo de serviço, para fins de aposentadoria, conforme autorização legal, não pode ser desconsiderada para fins do enquadramento previsto na Lei 11.091/05.

2. É inviável o agravo que deixa de atacar os fundamentos da decisão agravada. Incide a Súmula 182 do STJ.

3. Fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ.

4. A tese jurídica debatida no Recurso Especial deve ter sido objeto de discussão no acórdão atacado. Inexistindo esta circunstância, desmerece ser conhecida por ausência de prequestionamento. Súmula 282 do STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1374369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 26/06/2013, destaque meu).

No caso, verifico que o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, a Lei n. 9.656/1998 prevê que, em caso de internação hospitalar, cumpre ao plano de saúde cobrir despesas relacionadas à alimentação, honorários médicos e serviços gerais de enfermagem, o que inclui as despesas relacionadas à atividade de instrumentação cirúrgica, pois intrínseco ao procedimento realizado.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PLANO DE SAÚDE. MULTA IMPOSTA POR AGÊNCIA REGULADORA. LEGITIMIDADE. CIRURGIA. NEGATIVA DE RESSARCIMENTO DA DESPESA COM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA. DEVER IMPOSTO NO ART. 12, II, "C", DA LEI 9.656/98. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DO INSTRUMENTADOR CIRÚRGICO. IRRELEVÂNCIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 926 E 927, § 4º, DO CPC/15 PELA CORTE DE ORIGEM. INOCORRÊNCIA.**

1. Nos termos do art. 12, II, c, da Lei 9.656/98, em caso de internação hospitalar, cabe ao plano de saúde cobrir as despesas referentes a alimentação, honorários médicos e serviços gerais de enfermagem, aí abrangidos os indissociáveis custos da respectiva instrumentação cirúrgica, independentemente de a atividade do instrumentador ainda não contar com regulamentação legal própria, cuja lacuna, por certo, não pode operar em desfavor ou em prejuízo dos contratantes/usuários dos planos de saúde. Legitimidade da multa imposta pela agência reguladora.

2. A tese de que o reembolso das despesas feitas pelo beneficiário somente é admitido em casos de urgência ou emergência, o que não teria ocorrido no caso em exame, não chegou a ser examinada pelo Tribunal de origem, tampouco foi objeto dos embargos de declaração opostos pelo Plano de Saúde recorrente. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide, no ponto, o óbice da Súmula 282/STF.

3. A decisão da Corte regional, da qual recorre o Plano de Saúde, limitou-se a reafirmar o novo entendimento que, por suas 3ª e 4ª Turmas, já vinha sendo manifestado em diversos julgados anteriores sobre o objeto da lide, não havendo, por isso, falar em ofensa aos arts. 926 e 927, § 4º, do CPC/15.

4. Recurso especial desprovido.

(REsp 1821860/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 30/08/2019)

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO DEMONSTRADA. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MULTA APLICADA PELA ANS. INTERNAÇÃO HOSPITALAR. ATIVIDADE DE INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA. RECUSA DA OPERADORA. OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA.**

1. Ao fundamentar o pedido de reconhecimento de violação dos arts.

489 e 1.022 do CPC/2015, a recorrente alega: "A propósito, observa-se que a fundamentação apresentada no voto que conduziu a definição espelhada no acórdão recorrido, não analisou com a merecida atenção a questão de fato em que se assentou a autuação da ANS, tal como arguido pela recorrente, já na petição inicial (item 2.3 - Da inexistência de prova do desembolso). No caso concreto, não há nos autos do referido processo administrativo (e tampouco nos presentes autos), recibo que ateste ter havido a cobrança de honorários de instrumentador cirúrgico reclamada pela beneficiária perante a ANS, o que torna equivocada a autuação da ANS, também sob o aspecto fático. Esta matéria, de absoluto relevo para o desate da discussão, não foi apreciada pelo acórdão recorrido, mesmo provocado em sede de embargos de declaração" (fls. 512-513, e-STJ).

2. A tese apresentada não foi objeto dos Embargos de Declaração opostos na origem, caracterizando inovação recursal suscitar a questão em Recurso Especial. Precedentes do STJ.

3. Quanto à alegação de ofensa dos arts. 1º, 3º e 4º, XXIII, da Lei 9.961/2000; 1º, I e I e §§ 1º e 2º, da Lei 9.656/1998; 2º, parágrafo único, I, da Lei 9.784/1999; e 926 e 927, caput e § 4º, do CPC/2015, ela não merece prosperar, uma vez que o debate proposto no Recurso Especial não foi apreciado pelo Tribunal de origem. É necessária a efetiva discussão do tema pelo Tribunal a quo para que se tenha cumprido o requisito do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Incidência da Súmula 211 do STJ. 4. No mérito, cinge-se a controvérsia em definir a obrigatoriedade de cobertura, por parte das operadoras de plano de saúde, da despesa relacionada aos honorários do instrumentador cirúrgico em caso de intervenção cirúrgica. 5. O art. 12, II, "c", da Lei 9.656/1998 prevê que, em caso de internação hospitalar, cumpre ao plano de saúde cobrir despesas relacionadas à alimentação, honorários médicos e serviços gerais de enfermagem, o que inclui as despesas relacionadas à atividade de instrumentação cirúrgica, pois intrínseco ao procedimento realizado.

*Precedente: REsp 1.821.860/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 30/8/2019.*

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1822089/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 05/11/2019)

Por fim, nas razões recursais, a parte recorrente sustenta a alteração de entendimento já pacificado pela Corte Regional, sem a observância dos pressupostos processuais, sendo tal alegação inidônea a infirmar os fundamentos adotados pela Corte de origem, que transcrevo a seguir (fls. 379/380e):

*Ademais, ressalta-se que a nova sistemática processual civil comporta a valorização do sistema de precedentes. Contudo, apesar da inegável importância da Teoria do Precedente, não se pode utilizar-se dessa de forma a caracterizar o engessamento do ordenamento jurídico.*

*Neste sentido, inviável a análise isolada do disposto no art.*

*926, caput, do CPC, devendo ser feita de modo conjunto com o art. 927, §4º, do CPC, do que se vê a possibilidade de modificação de jurisprudência. In verbis:*

Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

§ 1º Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante.

§ 2º Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

§ 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1º, quando decidirem com fundamento neste artigo.

§ 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

§ 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

§ 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

§ 5º Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores. (grifo nosso).

*Por fim, cabe referir que o entendimento adotado não fere o disposto no art. 927, §4º, do CPC, visto que não afrontou enunciado de súmula ou tese firmada em recurso repetitivo ou repercussão geral e, apesar de revelar a mudança da jurisprudência até então pacificada no TRF4, a alteração do posicionamento foi devidamente fundamentada, com a apreciação dos pontos relevantes e controvertidos.*

No caso, portanto, ausente comando suficiente nos dispositivos apontados para alterar a mencionada conclusão, razão pela qual o recurso não merece prosperar nesse ponto.

Com efeito, incide, por analogia, a orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS. PEDIDO PROTOCOLADO NO ÚLTIMO DIA DA LICENÇA ANTERIOR. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS, SER DESARRAZADO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ARTIGO 18, INCISO I, DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.**

(...)

2. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, da orientação posta na Súmula 284/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.170/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO ESPECIAL. SÚMULAS 282, 284, 356/STF E 7/STJ.**

(...)

3. O fato de constar na Lei de Licitações a previsão de empreitada integral não infirma, de plano, os dizeres do acórdão no sentido de que não há empecilho à inclusão do fornecimento de imóvel. O conteúdo dos dispositivos mencionados no Especial não tem comando suficiente para alterar o acórdão. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Em relação ao índice de reajuste utilizado e à caracterização do ato ímprobo, o acórdão se amparou nas conclusões de laudo pericial e afastou o prejuízo ao Erário. Aplica-se a Súmula 7/STJ à espécie.

*Ressalto que o art. 11 da LIA nem sequer foi prequestionado, o que também sugere o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.*

*5. Agravo Regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 229.402/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 08/05/2013 –destaques meus).

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10º do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO n. 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, tratando-se de recurso sujeito ao Código de Processo Civil de 2015 e

configurada a hipótese de conhecimento parcial e improvimento do recurso, de rigor a fixação de honorários recursais em desfavor da Recorrente, majorando em 10% (dez por cento) o valor arbitrado pelas instâncias ordinárias, a teor do art. 85, § 3º, I a V, § 4º, II, e § 11, do referido *codex*, observados os percentuais mínimos/máximos de acordo com o montante a ser apurado.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III e IV, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a* e *b*, e 255, I e II, do RISTJ, **CONHEÇO EM PARTE** do Recurso Especial, e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora